

A TRIBUNA

A previsão era de quatro, mas nove oradores falaram contra e a favor da emenda presidencialista. O próprio Humberto Lucena iniciou a defesa tendo como aliados posteriores, Vladimir Palmeira (PT), Vivaldo Barbosa (PDT) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB). Contra, falaram Luiz Viana Filho, Nelson Carneiro, José Fogaça e Bernardo Cabral (PMDB) e Afonso Arinos (PFL).

Humberto Lucena 16h05m

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) usou o testemunho da história para convencer os constituintes de que o sistema presidencialista ainda é a melhor forma de governo para o Brasil. Com um jeito sereno e a tranquilidade própria de quem contava certo com a vitória, o senador assumiu a tribuna exatamente às 16h05, para dizer que se enganaram aqueles que criticam o presidencialismo alegando ser esse sistema o responsável pelas crises constitucionais do período republicano.

"Mas foi o presidencialismo — garantiu — que assegurou os grandes avanços sociais de que somos testemunhas".

O senador parabenizou o autor da emenda presidencialista esclarecendo ainda que sua proposta visava um presidencialismo moderno, mantendo o presidente da República como chefe do Estado e chefe do Governo. "Um presidencialismo que irá fortalecer o Legislativo com duas medidas: a primeira diz respeito à convocação de ministros de Estado ao Congresso, que poderá receber censura e até perda da função. A segunda é a moção de censura individual que esse ministro poderá receber.

Luiz Viana Filho 16h14m

Eram 16h14 quando o senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA) subiu à tribuna para atacar a emenda presidencialista no lugar do senador Mário Covas. Viana começou bem. Depois de ler o que chamou de "grande síntese" das deficiências do presidencialismo e vantagens do parlamentarismo, o senador disparou: — Sabem de quem são estas palavras tão lúcidas, tão vigorosas contra o presidencialismo?

Do senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista.

A revelação levou ao delírio os parlamentaristas presentes no plenário, que se levantaram para aplaudir o senador. Falou a Luiz Viana, contudo, sensibilidade suficiente para deixar a tribuna neste momento. A partir daí, seu discurso se tornou monótono, se arras-

tando por 16 minutos — o triplo do tempo a que teria direito, de acordo com o regimento, apagando a impressão deixada pelo injeção contundente.

Vladimir Palmeira às 16h19

Com a certeza de quem trabalha nas ruas e acompanha as manifestações populares, o deputado Vladimir Palmeira (PT/RJ) subiu à tribuna ontem para lembrar ao plenário que "o povo está com o presidencialismo e quer diretas-já". Ele explicou que o Partido dos Trabalhadores estava votando a favor da emenda Humberto Lucena porque sua grande bandeira política tem sido as eleições diretas para a Presidência da República. Em seu discurso, advertiu que o PT estava dando o voto de sua bancada à proposição mas não se comprometia em vincular esta adesão à questão do mandato para o presidente Sarney. Desta forma, repudiou todas as críticas feitas ao seu partido e ao PDT por estarem votando em uma emenda considerada cincoanista.

Vivaldo Barbosa 16h30m

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) começou dizendo que o parlamentarismo no Brasil tem o objetivo de atender as elites, "que reiteram dia-a-dia sua visão histórica de cima". Durante os regimes autoritários, lembrou Vivaldo, "a UDN parlamentarista estava redigindo os Ato Institucional e cassando o mandato de parlamentares".

Vivaldo fez questão de rebater o argumento muito usado contra o presidencialismo — que é um sistema intrinsecamente autoritário. "Isto não é sério. A essência da república presidencialista são eleições diretas e independência dos poderes. Agora querem fazer crer que se fosse regime parlamentarista o Congresso resistiria aos militares".

— Venho em nome daqueles que no país das semáforas nunca receberam uma semáfora. Que no país da Guarda Nacional nunca foram nomeados coronel da Guarda Nacional. Reclamo em nome dos injustiçados que só têm um instante na vida: quando escolhem o nome do chefe da Nação — disse Vivaldo.

Nelson Carneiro 16h40

"Essa emenda presidencialista não é uma emenda é um monstro", atacou o senador Nelson Carneiro, parlamentarista assumido, ao usar a tribuna — às 16h40m — para rebater o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Nelson Carneiro foi talvez quem mais duramente tenha atacado o PT e o PDT, por apoiarem a emenda presidencialista.

Segundo o senador, a emenda de Humberto Lucena confunde os dois sistemas e além do mais deixa claro que apenas o grande partido poderão propor moção de censura aos ministros de Estado. "Portanto — continuou — o PT e o PDT jamais poderão fazer essa censura. Eles estão portanto arrumando a Casa para depois morrer no presidencialismo. Estão também aprovando cinco anos para o Sarney. Esses dois partidos vão responder perante a história por isso".

Maurílio 16h50m

Mesmo sendo praticamente impedido de falar devido à agitação estabelecida pelo plenário por causa do aumento do número de constituintes aceitos pela Mesa a falar, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) utilizando de sua habitual ironia abriu seu discurso — às 16h50m dizendo que "colocado o confronto entre presidencialistas e parlamentaristas, me sinto em posição desconfortável. Se ser presidencialista é me identificar com esse regime no qual o Presidente, cercado por seus áulicos e sua família, governa sem legitimidade, então não sou presidencialista".

Maurílio, no entanto, estava apenas utilizando figura de retórica para responder aos seus críticos, pois defende a emenda presidencialista de Humberto Lucena. "Sou um presidencialista moderno, pois sou pela modernização do sistema político. Um sistema onde o poder precisa de legitimidade, e desde o Egito antigo que essa legitimidade passa pelo voto, e essa é a minha preocupação.

José Fogaça às 17h10

"Se vencer o presidencialismo, a vitória será do Palácio do Planalto; se for aprovado o parlamentarismo, a vitória emergirá das raízes históricas do parlamento brasileiro". Foi sobre este argumento que se baseou o pronunciamento do senador José Fogaça (PMDB-RS), contrário à emenda Humberto Lucena. Antes de identificar os itens que considerou negativos na proposta, ele se preocupou em encontrar pontos em comum entre o que defendeu o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), a favor do presidencialismo, e dois interlocutores do presidente Sarney, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (PFL/BA), e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

"Se chegasse um estrangeiro aqui, agora, jamais iria imaginar que Vivaldo, que classificou o parlamentarismo como uma opção conservadora, é aliado de José Lourenço e que seu pronunciamento foi feito a serviço de Antônio Carlos

Magalhães", ressaltou da tribuna, abaixo de valas de alguns membros do Centrão.

Afonso Arinos às 17h26

"O Brasil não fará uma experiência inédita se adotar o parlamentarismo, pois o manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870, assinado Quintino Bocayuva e Saldanha Marinho, tem toda a sua argumentação baseada na tradição parlamentarista do Império e nem se refere à Presidência". Estes dados históricos foram passados ontem da tribuna a um plenário atento, pelo senador Afonso Arinos (PFL/RJ), ao se pronunciar contra a emenda Humberto Lucena. Com a facilidade da oratória já demonstrada ao mesmo plenário, Arinos subiu à tribuna sob aplausos e citando Camões, apelando aos correligionários e aos adversários por uma convergência de idéias capaz de evitar o confronto e o "naufrágio de uma parte da civilização".

"Desejo saúde aos adversários, pedindo que reflitam sobre nossa responsabilidade para com o mundo. Não estamos em guerra ideológica. O Brasil repele confronto", advertiu ao longo de seu discurso. Em nome da convergência, criticou "alguns líderes nesta Casa" que, segundo ele, têm levado seu amigo presidente Sarney a assumir um "espírito de confronto que não é próprio de sua natureza". Também não se deteve aos 5 minutos permitidos, e se utilizou de mais 12. Começou seu discurso "com a serenidade da luz do poente, a luz da tarde cronológica", apelando a todos para que meditassem sobre o destino do País.

Bernardo Cabral às 17h44

O parecer contrário do relator Bernardo Cabral à emenda Humberto Lucena foi recheado de citações e exemplos apontados no próprio plenário. Começou seu pronunciamento defendendo os colegas que haviam sido atacados por outros em seus respectivos discursos favoráveis ou contrários à proposição presidencialista. Finalmente, manifestou sua convicção parlamentarista dizendo: "O presidencialismo da emenda levará à covas raso os anseios do povo brasileiro e dobrará sinos nas exéquias da Federação".

Antes de formular estas frases de efeito, que deixaram o plenário perplexo, Cabral criticou as agressões lançadas contra os colegas dando como exemplo "os agravos" sofridos pelo constituinte Luiz Viana Filho. "Enfatizaram aqui que ele fazia parte de um Governo que cassava mandatos e agora defende o parlamentarismo", lembrou o relator.



Arinos na tribuna: chegando ao momento pelo qual esperou toda a vida

O que muda com a emenda de Lucena

"A primeira providência do presidente Sarney deve ser a alteração imediata do ministério". A previsão, feita pelo deputado centrista Roberto Cardoso Alves momentos após a aprovação da emenda presidencialista, dá uma idéia da expectativa dos políticos em relação às consequências da decisão de ontem.

Com sua vitória sobre os parlamentaristas acreditam fontes diversas, o Presidente da República fica definitivamente liberado da tutela do PMDB e pode assumir efetivamente o governo. O passo seguinte: prestigiar em toda a extensão a sua atual base de sustentação política, tanto para recompensar os que aprovaram o presidencialismo, como também para deter os novos poderes atribuídos ao Congresso pela emenda Humberto Lucena.

Pela fórmula presidencialista aprovada ontem, a Câmara dos Deputados poderá determinar a exoneração de ministros de Estado através de moção de censura. Este dispositivo, embora típico de regimes parlamentaristas, não deverá causar maiores problemas ao governo, já que será necessário quorum de dois terços para aprovação da censura. Ou seja: basta ao Palácio do Planalto controlar um terço dos deputados (163) para inviabilizar qualquer iniciativa neste sentido.

Na verdade, a emenda Humberto Lucena até aumenta os poderes do presidente da República, que passa a ter uma lista de 27 atribuições privativas, contra as 22 previstas na atual Constituição. Outra das inovações da proposta é o restabelecimento da eleição indireta para a Presi-

dência, na hipótese de o cargo ficar vago nos dois últimos anos do mandato. E mantém a figura do vice-presidente e a eleição em dois turnos.

Ao tratar dos poderes do presidente, a emenda Lucena chega mesmo a conflitar-se com dispositivos anteriormente definidos pela Constituinte. Por exemplo: o plenário aprovou na semana passada artigo limitando a um terço dos membros do Tribunal de Contas da União o poder de indicação pessoal do presidente da República. A partir de ontem, este poder foi restabelecido em sua plenitude. Resta saber qual dos dois textos prevalecerá no segundo turno de votação do projeto constitucional, uma dúvida que os parlamentares mais ligados ao Planalto já não alimentam: "Basta observar a vitória esmagadora que conseguimos esta tarde (ontem)", recomendou um deputado amigo de Sarney.

A emenda também dá ao presidente da República uma espécie de imunidade penal, impedindo que ele possa ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções na vigência do mandato. Este privilégio não existe na atual Constituição.

Mas é ao definir a situação dos ministros de Estado que a proposta presidencialista estende alguns poderes ao Congresso Nacional. Embora de difícil aprovação, a moção de censura contra o ministério passa a ser uma possibilidade concreta, implicando na exoneração imediata do funcionário atingido. Ao mesmo tempo, passará por prévia aprovação do Legislativo a indicação do presiden-

te e diretores do Banco Central. Além disso, substitui-se a figura do decreto-lei pelo poder de "adotar medidas provisórias com força de lei nos termos da Constituição".

O Congresso também passará a receber, ao final de cada viagem ao exterior do presidente ou vice-presidente, um relatório minucioso de todas as atividades exercidas. Ao mesmo tempo, fortalecidas, as comissões técnicas de cada uma das casas legislativas poderão convocar diretamente para depoimento ministros de Estado ou outros funcionários do governo. E instituiu, ainda, o recurso da reconsideração de projetos, que o presidente da República pode solicitar ao Legislativo como alternativa ao veto.

Outro ponto possibilita ao presidente da República submeter ao Congresso medidas legislativas e de relevante interesse nacional. O Congresso, por sua vez, poderá suspender atos administrativos que considere fora da competência do Executivo — como, por exemplo, as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Com as novas atribuições, o Congresso poderá alterar a política do governo, garantem os presidencialistas. Isto será possível através da discussão das medidas programáticas ou mesmo da exoneração de ministros de Estado, que precisarão estar permanentemente afinados com a vontade da maioria dos parlamentares. No sistema atual, o programa de governo e a atuação dos ministros dependem exclusivamente da vontade do Presidente.

Regime será parlamentarizado

O regime presidencialista previsto na emenda Humberto Lucena poderá ser "parlamentarizado" com a aprovação, ainda hoje, de proposta do deputado Manoel Moreira. Integrantes do grupo presidencialista têm encontro marcado para às 11hs, no gabinete de Humberto Lucena, com o objetivo de discutir o assunto junto com alguns parlamentaristas.

De acordo com o deputado Maurílio Ferreira Lima, a decisão de ontem foi ape-

nas "o primeiro passo" na definição do regime. Ele prevê uma série de "aperfeiçoamentos" a partir de hoje; visando especialmente ao fortalecimento dos poderes do Congresso.

A emenda Manoel Moreira, que servirá de base para as últimas negociações em torno do regime, institui a figura de um primeiro-ministro coordenador, que auxiliará o presidente da República na chefia do Governo. Ela isenta de moção censura do

Congresso, contudo, os ministros militares, os chefes dos Gabinetes Civil e Militar e do SNI.

Segundo Maurílio Ferreira Lima, o aperfeiçoamento da emenda Humberto Lucena faz parte de um acordo tácito firmado anteriormente entre os presidencialistas. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT), contudo, nega a existência desse entendimento e disse que não pretende votar na proposta de Manoel Moreira.



Resultado no painel, Delfim Netto abraça o derrotado Mário Covas

Até opositor já vê Sarney com 5 anos

Após a votação de ontem, as reações dos constituintes foram as mais diferentes. O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), garantiu que a vitória dos presidencialistas aumenta as chances de aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Do outro lado do plenário, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou que cobrará do Governo uma participação maior de seu partido na composição do atual ministério, já que os votos dos pefelistas foram decisivos para a vitória.

Desolada, a parlamentarista Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) revelou que irá divulgar a lista dos constituintes que mudaram de posição — do parlamentarismo para o presidencialismo — nas últimas 24 horas. Disse que muitos parlamentares sucumbiram às pressões do Palácio do Planalto em troca de favores, como, por exemplo, concessões de estações de rádio e televisão. Embora não tenha provas dessas benesses concedidas aos constituintes, Sandra Cavalcanti estima que pelo menos 60 parlamentaristas não cumpriram a palavra e aderiram à tese presidencialista na última hora, dentre eles, os deputados Hélio Costa (PMDB/MG) e Fausto Rocha (PFL/SP).

Apesar da decepção com a derrota, Sandra Cavalcanti ressaltou que os parlamentaristas ainda tentarão melhorar o texto da emenda do senador Humberto Lucena (PMDB/PB) que, na sua opinião, é uma verdadeira calamidade. Acrescentou que, agora, a reação será pela aprovação de um mandato de quatro anos para Sarney. Cumprimenta pelos presidencialistas, a deputada não poupou críticas severas: "São uns irresponsáveis e vão O ter de se justificar perante o País".

PRESSÃO DO GOVERNO

Apesar de pertencerem a partidos diferentes, os parlamentaristas foram unânimes em afirmar que a vitória do presidencialismo se deveu às pressões que o Governo utilizou junto aos constituintes. Para o senador Fernando Henrique Cardoso, "o Congresso cedeu às pressões. Se a maioria dos parlamentares fosse presidencialista de fato, eu aceitaria o resultado. A questão é que o Congresso era parlamentarista, mas não resistiu às pressões feitas nos últimos dois dias". Mais adiante, o senador paulista sugeriu aos jornalistas que fizessem uma pesquisa para descobrir as razões para a mudança de posição de vários constituintes. "Vocês vão descobrir muita coisa", previu.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), também parlamentarista, defendeu a mesma opinião. "Perdemos porque não tínhamos a mesma força do Governo e dos governadores". O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), também não conseguiu esconder sua surpresa ante a expressiva vitória da emenda do senador Humberto Lucena. "Estou surpreso. Não esperava essa diferença".

Covas frisou que a Constituinte sofreu vários tipos de influência de outros segmentos do Governo, a ponto de ter, pela primeira vez em plenário, todos os 559 constituintes. "Se houvesse esse quorum, diariamente, poderíamos terminar as votações dentro de um mês".

Apesar da decepção, Mário Covas garantiu que agora é lutar pela fixação de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. "Entramos numa etapa nova de luta e tentaremos a aprovação de eleições presidenciais no final do ano". Ele admitiu, no entanto, que a vitória do presidencialismo sempre favoreceu a tese dos cincoanistas.

QUATRO ANOS

Os representantes do PDT e do PT, que, juntamente com o PFL, consolidaram a vitória do presidencialismo, acreditam que a luta pelos quatro anos para Sarney ficou mais fácil. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) sustentou que o presidencialismo é o grande motor das "diretas já". Admitiu, porém, que a pressão dos governadores (que defendem cinco anos) sobre as bancadas do PMDB foi importante para o resultado.

Mais otimista, o deputado José Genoíno (PT/SP) discorde da avaliação feita pela liderança do PMDB de que o presidencialismo consolidará a posição dos cincoanistas. "Temos condições de radicalizar a disputa entre quatro e cinco anos, limpo, e sem negociação". Ele acredita que se o parlamentarismo tivesse sido aprovado, a negociação pela permanência de Sarney na presidência até 1990 viria inexoravelmente.